

O USO DA TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO PANDÊMICO

Monalisa Guedes Correia Gonzaga Mestranda pelo PPGCEL - UESB
Marta Luciana Reis Rocha Mestranda pelo PPGCEL - UESB

RESUMO

As inquietações vivenciadas ao longo do ano letivo de 2020, no contexto pandêmico, a partir do dia 11 de março do mesmo ano, logo após a Organização Mundial de Saúde (OMS) afirmar que o mundo enfrenta uma pandemia causada pelo novo coronavírus, o COVID-19, levaram as autoridades mundiais a executarem procedimentos visando a contenção da doença, dentre eles, a suspensão das aulas presenciais (OMS, 2020). Nessa conjuntura, buscando atenuar os impactos que certamente irão ocorrer na aprendizagem dos discentes, o uso das tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICS) ganhou força devido à necessidade de aulas síncronas e assíncronas. Essa pesquisa, ainda em andamento, aponta algumas dessas ferramentas digitais que estão sendo utilizadas para aulas remotas, bem como a importância do professor durante esse processo. Para alcançarmos os objetivos desta pesquisa, nos apoiamos em estudiosos como Alves (2017), Rojo e Moura (2009), Soares (1995), Xavier (2007), dentre outros.

Palavras-chave: TDICs, Letramento Digital, contexto pandêmico, aulas remotas.

1. Introdução

A pandemia causada pelo novo Coronavírus, decretada pela Organização Mundial de Saúde em 11 março de 2020 (OMS, 2020), trouxe inúmeros impactos à população mundial, ceifando milhares de vidas e transformando abruptamente as relações sociais de forma impositiva, através do isolamento social. Visando conter o avanço do vírus, autoridades mundiais executaram diversos procedimentos preventivos, dentre eles está a suspensão das aulas presenciais, pois, de acordo com Brasil (2020), o “vírus pode se propagar de pessoa para pessoa por meio de gotículas do nariz ou da boca que se espalham quando alguém doente tosse ou espirra. [...] as pessoas também podem se contaminar ao respirarem gotículas provenientes da tosse ou espirro de uma pessoa doente”. Assim, evitar aglomeração em ambientes fechados, como os das salas de aula, fez-se necessário.

Diante disso, e amparados pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 544/2020, “que trata da substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia da Covid-19”, as redes de ensinos, públicas e

privadas, passaram a ministrar aulas de forma remota, causando súbitas mudanças no cenário educacional, principalmente, no que concerne à prática pedagógica e ao processo de ensino e aprendizagem.

A título de conhecimento, a Educação a Distância (EaD) já existia no Brasil, porém essa era autorizada, tão somente, para cursos superiores, devendo estes solicitar credenciamento específico à União, conforme previsto no Art. 80 da Lei 9.994/96 da Lei de Diretrizes e Base (LDB) de Educação Nacional. Cabe ressaltar que, de acordo o Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que revoga o Decreto 2.494/98),

[...] a Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 1996).

Entretanto, em relação ao Ensino Fundamental, está previsto no artigo 32 da LDB que o ensino a distância só poderia ser utilizado como complementação de aprendizagem ou em situações emergenciais, a exemplo da pandemia causada pelo novo Coronavírus – o COVID 19. Porém, mesmo com o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), o ensino remoto emergencial tem suas particularidades que diferem da Educação a Distância. Considero como principal característica dessa modalidade de ensino a manutenção de vínculos sócioafetivo e intelectuais com os estudantes e a comunidade escolar podendo ou não ser através das TDICs, o importante é criar estratégias para que os impactos causados pelo isolamento social sejam atenuados.

Mill (2021), através de live feita pelo canal do YouTube do Grupo de Pesquisa Formação, Tecnologias, Educação a Distância e Currículo (ForTEC), no entanto, considera que a educação remota nada mais é do que a educação a distância que, agora, por conta da pandemia, se evidencia pela falta de estrutura tanto no ensino básico quanto no ensino superior, isso porque essa não foi sendo trabalhada e incorporada ao longo dos anos. Mill (2021), acredita ainda que, como os discentes nasceram na era tecnológica, as instituições de ensino já deveriam estar aptas para esse contexto, incorporando, ao longo da história, o uso das tecnologias de maneira crítica. Se isso houvesse ocorrido teria contribuído para um cenário educacional “de aprendizagem mais efetiva e confortável”. Da mesma forma, também os docentes teriam adquirido saberes técnicos, pedagógicos e tecnológicos que, no contexto atual, estariam sendo postos em prática para ajudá-los.

A presente pesquisa, ainda em andamento, foi estruturada em três etapas: a primeira fundamenta-se em um arcabouço teórico acerca da urgente necessidade do Letramento Digital (LD), enfatizando o uso das TDICs para auxiliar o professor nesse contexto inédito e desafiador; a segunda apresenta a forma com que se deu a implantação das aulas remotas na cidade de Poções-BA, demonstrando desde as primeiras medidas com utilização das redes sociais até a implantação de uma plataforma de gestão, transformada ao longo do processo em plataforma educacional e utilizada para ministrar aulas síncronas e assíncronas; na terceira apresentamos, justamente, a transformação da plataforma de gestão em plataforma educacional.

O artigo busca ainda demonstrar as dificuldades enfrentadas tanto pela Secretaria Municipal de Educação de Poções (SMEP), quanto pelos docentes e discentes da rede. Pois, diante da necessidade urgente de se apresentar uma proposta que suprisse as aulas presenciais, muitos fatores foram negligenciados. Inclusive, a falta de formação docente e um plano estratégico para atingir alunos sem acesso à rede mundial de computadores e/ou aparelhos eletrônicos voltados para o uso da TDICs.

Por outro lado, aqui também ficará evidenciado que o letramento digital não é uma discussão nova, mas sim negligenciada e que, no cenário atual, só fez aumentar as disparidades existentes e a falta de perspectivas de políticas públicas eficientes.

2. Letramento Digital: mais do que realidade, uma necessidade.

Apesar da cultura digital e as TDICs estarem ocupado cada vez mais espaços no âmbito educacional e, de acordo Xavier (2007), modificando as atividades do mundo moderno, levando estudiosos a discutirem sobre uma nova modalidade de letramento, intitulada letramento digital, demandando habilidades e conhecimentos distintos dos indivíduos, elas ainda não se tornaram realidade na maioria das escolas da rede pública de ensino de Poções. Isso porque, mesmo favorecendo as práticas pedagógicas e o LD, são grandes e desafiadores os percursos para que isso ocorra e “exige da pessoa certa familiaridade com os ambientes dos programas e até mesmo em como se comunicar com outras pessoas por meio do computador” (ARAÚJO, 2011, p. 644).

Entretanto, diante da impossibilidade da realização das aulas presenciais, as aulas remotas, mediadas principalmente pelo o uso de recursos tecnológicos, surgiram como alternativa para continuidade do ano letivo de 2020/2021, necessitando que os docentes passassem a integrar:

[...] computador-internet à prática profissional, transformando-a para melhor inseri-la no contexto de nossa sociedade marcada pelo digital, [...] conhecer os gêneros discursivos e linguagens digitais que são usados pelos alunos, para integrá-los, de forma criativa e construtiva, ao cotidiano escolar (FREITAS, 2010, p. 340).

O fato é que o LD vem já sendo discutido no âmbito educacional há algum tempo, mas como saber quando ocorre e como avaliá-lo? De acordo com Coscarelli e Ribeiro (2011), “ser letrado digital implica saber se comunicar em diferentes situações, com propósitos variados, nesses ambientes, para fins pessoais ou profissionais”. Não obstante, para Alves (2017) “[...] as práticas que envolvem leitura e escrita se configuram como letramento digital, e o portador de habilidades e competências para transitar ou navegar em espaços virtuais é denominado letrado digital”. Além do mais:

É difícil estabelecer um parâmetro único para avaliar o *letramento digital*. Há inúmeras habilidades que deveriam ser, se não dominadas, pelo menos familiares aos letrados digitais, mas cada contexto pode demandar diferentes usos do computador. É importante, no entanto, que os indivíduos tenham desenvolvido habilidades básicas que lhes permitam aprimorar outras, sempre que isso for necessário. (COSCARELLI e RIBEIRO, 2005).

Professores e coordenadores têm tentado não se resumirem ao uso do livro didático, quadro e materiais impressos, mas aulas integralmente remotas é um contexto excepcional e desafiador que, muito provavelmente, tem impactado na prática docente e no desempenho discente. Assim, celulares, tablet, computadores e plataformas digitais podem se tornar excelentes dispositivos, auxiliando a prática docente e promovendo a inclusão digital do educando, desde que a escola consiga “propiciar condições adequadas para que o aprendiz se aproprie de saberes técnicos, éticos e estéticos” (XAVIER, 2011, p.5), e promova qualificação profissional, pois somente “o processo de formação continuada permite condições para o professor construir conhecimento sobre as novas tecnologias, entender porque e como integrar estas na sua prática pedagógica e ser capaz de superar entraves administrativos e pedagógicos” (MERCADO, 2001, p.5).

3. Da suspensão das aulas presenciais à implantação da plataforma digital de educação: o longo caminho percorrido para efetivação das aulas remotas no município de Poções-BA.

A suspensão temporária de aulas presenciais foi e, em algumas localidades, continua a ser uma medida importantíssima para tentar minimizar a propagação da pandemia, reduzindo o risco de contágio e proliferação da doença. Nessa conjuntura, buscando atenuar os impactos na aprendizagem dos quase 10.000 mil alunos, que de acordo o Censo Escolar (2019), estão matriculados da rede pública municipal de ensino da cidade de Poções, a SMEP, após reunião com membros de diversos segmentos da sociedade (Associação dos Professores Licenciados do Brasil – APLB Sindicato, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Educação - CME, Conselho Tutelar, Secretaria de Assistência Social, Polícia Militar, dentre outros), optou pela suspensão temporária das aulas presenciais, através do Decreto Municipal Nº. 131/2020 de 17 de março de 2020.

Em seguida, visando manter o vínculo socioafetivo com os estudantes e comunidade escolar, iniciou-se uma série de atividades remotas utilizando-se das redes sociais, programa na emissora de rádio local e aplicativos. Abaixo, expomos mais detalhadamente como se deu tais iniciativas.

3.1 A utilização das redes sociais, mídias e aplicativos como espaço de interação durante o período pandêmico.

Sendo a segunda rede social mais utilizada no Brasil, ficando atrás apenas do Facebook, WhatsApp é empregado por aproximadamente 120 milhões de brasileiros diariamente (MARINHO, 2021). Assim, valendo-se da popularidade dessa rede, a SMEP inicialmente implementou o “Plantão Psicológico”, com a intenção de fornecer auxílio psicológico online durante o período pandêmico. Aqui, é preciso ressaltar que essa foi uma atividade intersetorial, envolvendo profissionais da saúde, assistência social e educação. Através da disponibilização de um número telefônico que serviria tanto para receber ligações quanto para mensagens nessa rede, psicólogos se revezaram para prestar atendimento à população, considerando que as consultas presenciais também haviam sido interrompidas.

Concomitante a essa atividade, entre os meses de maio a novembro, o WhatsApp também foi utilizado para criação de grupos de trabalhos com professores, gestores, coordenadores pedagógicos e coordenadores técnicos da SMEP para atuarem na composição e (re)elaboração do Referencial Curricular Municipal de Poções, etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Em virtude da pandemia e do número de mortes e infectados pelo COVID 19 estarem em ascensão, sem dúvida alguma, não haveria possibilidade de cumprir tal atividade sem o uso das TDICs.

O Facebook, que conforme exposto anteriormente é a rede social mais utilizada pelos brasileiros, foi empregado para lives com profissionais de educação física, dança e fisioterapia. A intenção era que toda a comunidade, não apenas a escolar, pudesse fazer atividades físicas mesmo estando em casa, amenizando os impactos da pandemia e auxiliando na diminuição da ansiedade e do estresse causado pela “clausura”. Assim, de segunda a sexta, às 17:00h, diferentes profissionais habilitados nas áreas supracitadas, ficavam, pelo período de 1 hora, ministrando “aulas” ao vivo.

Tendo em vista os dados divulgados pelo Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro que apontavam um aumento de 80% nas ocorrências de ansiedade, estresse e depressão durante a pandemia (UERJ, 2020), as ações acima podem ser avaliadas de forma positiva. Entretanto, embora bem-intencionados, os gestores municipais não se deram conta de que, mesmo que tais redes sejam populares, ainda é necessária uma demanda tecnológica que envolve, obviamente, poder aquisitivo. Portanto, as maiorias minoritizadas acabam por ficar à margem do processo, pois as políticas públicas, na verdade, não são para todos, uma vez que desconsideram os vários contextos, culturas, histórias e realidades sociais em que os educandos estão inseridos.

Voltando à questão educativa, é preciso destacar que, mesmo que tais atividades mediadas possam ter surtido efeitos no sentido de atenuar os impactos psicológicos causados pela pandemia do novo coronavírus, o COVID-19, não foram de fato ações pedagógicas direcionadas especificamente à comunidade escolar ou, mais propriamente, aos discentes. Era preciso implementar uma proposta educacional, feita de forma remota que, como sugere Xavier (2007), remodelasse o processo de ensino-aprendizagem, requerendo do cidadão a aprendizagem de comportamentos e raciocínios específicos que as novas tecnologias de informação e comunicação exigem (XAVIER, 2007, p.1).

Assim, consideramos que a primeira proposta voltada, efetivamente, para a área educacional surgiu apenas em junho de 2020, quase três meses após o decreto que suspendeu “temporariamente” as aulas presenciais.

Com o apoio de uma estação de rádio local, coordenadores da educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental, Educação de Jovens, Adultos e Idosos - EJA e do Programa Despertar no Campo se reuniram e fizeram uma programação que ia ao ar todas as sextas, às 10:00h, com atividades diversas. Semanalmente, as coordenadoras da educação infantil faziam contações de histórias e os coordenadores, de qualquer outra modalidade de ensino, aplicavam outro tipo de atividade que poderia ser um cordel, uma

carta aberta, uma entrevista etc. O fato é que o rádio é um veículo mais democrático e acessível, não exigindo aparelhos eletrônicos sofisticados, uso de internet, além de chegar às localidades rurais mais distantes. Porém, a programação não era diária e não poderia ser considerada como uma atividade regular, embora a contação de história tenha feito tamanho sucesso, chegando a ganhar outro dia na grade da emissora com o programa intitulado “A Hora da Escola”.

A verdade é que ninguém esperava que a pandemia fosse durar tanto. Pelas projeções iniciais, muito provavelmente, as aulas regulares e presenciais deveriam retornar entre julho e agosto de 2020 e, portanto, muitas cidades não intensificaram esforços para implantação das aulas remotas, inclusive o município de Poções. Porém, à medida que o tempo passava e que a pandemia avançava, não sendo mais possível estimar término da mesma, os gestores passaram a ser cobrados pelo CME, pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e pela comunidade local que solicitava decisões mais enérgicas, visando à redução dos prejuízos educacionais dos discentes.

Nesse contexto, baseando-se no parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/CP nº 5/2020, que “[...] aprovou orientações com vistas à reorganização do calendário escolar e à possibilidade de cômputo de atividades não presenciais”, a SMEP, no dia 06 de julho de 2020, implantou uma Plataforma de Gestão Educacional para *todos* os educandos da rede, iniciando os acessos dos alunos e as postagens dos professores no dia 13 de julho de 2020. Portanto, apenas uma semana se deu entre o processo de implantação e o início efetivo das aulas remotas.

Ainda que tenha sido ofertado treinamento aos digitadores e secretários escolares, funcionários que ficaram responsáveis pelo cadastramento dos discentes, docentes, coordenadores e gestores escolares, a SMEP não fez diagnóstico da rede no sentido de averiguar a quantidade de docentes e discentes com acesso a rede de conexões mundial de computadores (internet) ou com aparelhos eletrônicos em suas residências, nem ofereceu capacitação aos gestores, coordenadores e professores, resumindo-se à apresentação da plataforma através de live feita por um canal no YouTube. Desta forma, é possível supor que a drástica passagem das aulas presenciais para as aulas remotas possa ter ocasionado inúmeros impactos na prática docente, pois um dos grandes desafios pedagógicos imposto aos educadores é justamente “letrar uma nova geração de aprendizes que vivenciam, crescem e se desenvolvem em meio aos grandes avanços da tecnologia de informação comunicação” (XAVIER, 2007, p.1).

Em relação às plataformas digitais, mesmo que anteriormente as mesmas fossem usadas apenas como ferramentas tecnológicas de apoio à gestão escolar, elas acabaram por se tornar excelentes ferramentas disponíveis no campo das TDICs, auxiliando, inclusive, na prática docente, além de beneficiar a cultura e o LD. A própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em dezembro de 2018, que visa à promoção da cultura digital, diz em seu documento que deveríamos:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais e de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018).

Se considerarmos a maneira de implantação, entretanto, cabe a reflexão de que esse ato pode ter sido uma resposta ao anseio da sociedade local, porém, como não foram levadas em conta as ferramentas disponíveis e as habilidades tecnológicas dos docentes, possivelmente ocasionou ruídos na dinâmica de ensino e aprendizagem, pois, o papel do professor é fundamental, devendo esse “[...] posicionar-se como aquele que pode e deve conduzir parcialmente o processo de aprendizagem de modo a atribuir às atividades do discente sentidos didático e pedagógico” (ALVES, 2017, p.127).

4. De Plataforma de Gestão à Plataforma Educacional

Já faz algum tempo que as escolas e, principalmente, os institutos de educação superior, utilizam plataformas de gestão para gerenciarem e administrarem de forma mais eficaz os seus espaços. Na prática, o que era feito no papel e demandava tempo e espaço físico, a exemplo dos armários de ferro utilizados como arquivos, passaram a ser executados através de softwares que, em um espaço reduzido de tempo, auxiliam na gestão administrativa e na coordenação escolar.

Um sistema de gestão otimiza e organiza a administração escolar, ajudando, por exemplo, nas tarefas cotidianas da secretaria como: matrículas, expedição de atestados e transferências, boletins on-line, diário de classe eletrônico, histórico escolar, etc. E era exatamente assim que funcionava a *Plataforma Bravo! Sistema de Gestão Escolar*, implantando no município de Poções para suprir a necessidade das aulas remotas emergenciais.

Entretanto, a plataforma teve que realizar diversas adequações para se transformar em uma plataforma educacional de modo que discentes e docentes pudessem utilizá-las em aulas síncronas e assíncronas. Assim, foi preciso disponibilizar:

- Digitador para todas as escolas;
- Oferecer treinamento aos mesmos;
- Cadastrar todos os alunos da rede em sua respectiva unidade de ensino;
- Cadastrar todos os professores em suas respectivas escolas e turmas;
- Distribuir senhas de acesso a todos os docentes e discentes.

Ainda assim, no decorrer do primeiro mês de implantação, após questionário aplicado aos gestores da rede, o município solicitou que alguns aprimoramentos fossem feitos para melhorar a comunicação entre professores e estudantes. Dentre eles estão:

- Criar espaços para devolutivas dos estudantes;
- Criar sala de bate-papo dentro da sala de aula virtual para os dias de monitorias;
- Permitir links para acessar outras plataformas, aplicativos e canais (YouTube).

Mesmo com melhorias feitas, o município ainda enfrentou dificuldades. Em resposta ao questionário aplicado pela SMEP, os gestores identificaram:

- Professores sem habilidades para o uso das tecnologias;
- Estudantes sem acesso à internet;
- Estudantes sem aparelhos eletrônicos;
- Falta de entusiasmo dos estudantes da Educação de Jovens, Adultos e Idosos - EJAI.

5. Algumas Considerações

É imprescindível afirmar que esse artigo não faz nenhuma crítica ou objeção quanto à utilização das redes sociais e das plataformas digitais como ambiente de interatividade pedagógica. Pelo contrário, defende a necessidade urgente de se criar e utilizar ambientes que favoreçam a cultura e o LD no âmbito escolar, mas que, antes de mais nada, é preciso gerar condições para tal, oferecendo formação, capacitação, planejamento e, acima de tudo, acesso para docentes e discentes. Também é preciso ressaltar que, até a presente data, ainda estamos analisando os dados referente aos acessos dos discentes à plataforma, sendo esse um assunto a ser tratado em um próximo artigo.

6. Referências

ALVES, Rosana Ferreira. Nativos da Internet: Letrados Digitais ou Distraídos Virtuais? *Linguagem em (Re)vista*, vol. 12, n. 23. Niterói, p. 121-139, jan./jun. 2017.

ARAUJO, Elaine Vasquez Ferreira. Letramento em contexto digital: diferentes práticas de leitura e escrita, *Cadernos do CNLF*, v. XV, n. 5, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF: 23 dez.1996. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC 3ª versão*. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Portarias nº 343 de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União, edição 53, seção 1, p.39. Brasília, DF: 18 mar. 2020. Disponível em: <www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-2020>. Acesso em 17 de julho de 2020.

BRASIL. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Educação a Distância. Portal do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas/educacao-superior-a-distancia>>. Acesso em 14 de outubro de 2021.

BRASIL. Portal do Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://bvsms.saude.gov.br/novo-coronavirus-covid-19-informacoes-basicas/>>, Acesso em 18 de novembro de 2021.

COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa. *Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. 3. ed. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica, 2011.

FREITAS, Maria Teresa. Letramento digital e formação de professores. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 03, p. 335-352, 2010.

MARINHO, Janine. *As 10 redes sociais mais acessadas no Brasil em 2020*. Disponível em: <https://www.escoladeecommerce.com/artigos/redes-sociais-mais-acessadas-no-brasil-em-2020/?gclid=CjwKCAjwiLGGBhAqEiwAgq3q_jE7jUBrw_bOE1aJde1Ose4frqjQj25VoWQYEL4GUQnLysRN6gzBoC5aYQAvD_BwE> Acesso em 18 de junho de 2021.

MERCADO, L. P. L. *Didática e ensino de informática*. 2001. Universidade Federal de Alagoas. Maceió – AL. Brasil. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/nice/eventos/RIBIE/1996/018.htm>> Acesso em: 29 jan. 2021.

MILL, Daniel. *A docência mediada por tecnologias em tempos de pandemia e a*

importância da EaD nesse contexto, 18 de maio. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AuZI91Kteq4> >. Acesso em 07 de outubro de 2021.

Portal QEDU. Disponível em <<https://www.qedu.org.br/cidade/3053-pocoas>> Acesso em 26 fevereiro de 2020.

SOARES, Magda. *Alfabetização e Letramento*. São Paulo: Contexto, 2002.

XAVIER, Antônio Carlos. Letramento digital: impactos das tecnologias na aprendizagem da geração Y. *Calidoscópio*, vol. 9, n. 1, p. 3-14, jan./abr. 2011. Disponível em:<http://www.professores.uff.br/screspo/PSI_P2_artigo8.pdf>Acesso em 18 de março de 2021

_____. *Letramento Digital e Ensino*. 2007.
Disponível em: <http://www.nehte.com.br/artigos/Letramento-Digital-Xavier.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.